

Utopia pragmática e pessimismo categórico: duas visões sobre a unidade e a identidade latino-americanas sob o impacto de 1898

VALDIR DONIZETE DOS SANTOS JUNIOR*

Introdução

O ano de 1898 e a Guerra Hispano-americana marcaram uma grande inflexão na produção intelectual latino-americana (CAPELATO, 2003). Rubén Darío publicou o artigo “El triunfo de Calibán”, onde afirmava que “La España que yo defiende [...] se llama la Hija de Roma, la Hermana de Francia, la madre de América” (DARÍO, 1983, p. 89). Tratava-se, mais uma vez, de se apropriar da ideia de latinidade para se contrapor aos Estados Unidos (QUIJADA, 1997). Nos anos que se seguiram, até por volta do início da Primeira Guerra Mundial, inúmeros textos que buscavam “explicar” a América Latina foram publicados. Seja em análises que pretendiam pensar a “superioridade” da parte “latina” do continente, seja para constatar sua “inferioridade”, o período entre o fim da Guerra Hispano-americana e a Primeira Guerra Mundial se mostrou extremamente profícuo para que latino-americanos das mais diversas origens pudessem refletir sobre a sua identidade. A obra mais famosa produzida nesse período foi, sem dúvida, o *Ariel* de José Enrique Rodó (RODÓ, 1985).

Inspirado pelo próprio Rubén Darío e também pelo francês Ernest Renan, Rodó se utilizou da trilha de personagens de *A Tempestade*, de William Shakespeare – Ariel, Calibán e Próspero – para construir uma interpretação da América Latina e de suas relações com a Europa e, principalmente, com os Estados Unidos. Defendia, em seu livro, a superioridade do espírito latino-americano (Ariel) frente ao materialismo estadunidense (Calibán) (REAL DE AZÚA, 1985; DEVÉS VALDÉS, 2000; HALE, 2001; OVIEDO, 1991; PRADO, 2008). Embora houvesse, como Rodó, aqueles que afirmavam a superioridade espiritual da América Latina ante a América Anglo-saxônica, diversos intelectuais do continente buscavam as causas da “inferioridade” latino-americana. Muitos deles, ainda influenciados pelo cientificismo de fins do século XIX, ensaiavam explicações para as “enfermidades” que assolavam o continente.

* Mestrando em História Social (FFLCH-USP), sob a orientação da Profa. Dra. Maria Ligia Coelho Prado. Bolsista Fapesp.

Num intervalo de menos de vinte anos, diversos intelectuais buscaram construir interpretações sobre a situação histórica e as perspectivas futuras da América Latina. Muitos dos quais, embora tratassem de temas nacionais, incorporavam em seus ensaios uma clara dimensão continental. Para se ter ideia da importância que as interpretações constituídas sob essa perspectiva encontraram nesse período, alguns dos maiores clássicos do pensamento político latino-americano foram publicados exatamente durante esses anos: *Continente Enfermo* (1898), do venezuelano César Zumeta; *El Porvenir de las Naciones Hispanoamericanas* (1899), do mexicano Francisco Bulnes; *Nuestra América* (1903), do argentino Carlos Octávio Bunge; *América Latina – Males de Origem* (1905), do brasileiro Manoel Bomfim; *Nuestra Inferioridade Económica*, do chileno Francisco Encina; *Pueblo Enfermo* (1909), do boliviano Alcides Arguedas; *El Porvenir de la América Espanhola* (1911), do argentino Manuel Ugarte; *La Evolución Política e Social de Hispanoamérica* (1911), do venezuelano Rufino Blanco Fombona; *La Enfermedad de Centro-América* (1911), do nicaraguense Salvador Mendieta; e *Les Democraties Latines de l’Amérique* (1912), do peruano Francisco García Calderón.

No ano seguinte à Guerra Hispano-Americana, pelo menos dois autores publicaram ensaios discutindo as perspectivas do subcontinente diante dos avanços norte-americanos: o venezuelano César Zumeta (1860-1955) e o mexicano Francisco Bulnes (1847-1924). O primeiro publicou, em Nova York, o breve ensaio *El continente enfermo* (ZUMETA, 1899) e o segundo, na Cidade do México, *El porvenir de las naciones hispano-americanas* (BULNES, 1899).

A utopia pragmática de César Zumeta

Importante periodista, diplomata e político venezuelano de fins do século XIX e inícios do século XX, César Zumeta construiu sua produção intelectual, como boa parte das elites letradas da América Latina de seu tempo, entre o cânone positivista, com o qual teve contato em seus primeiros anos de formação superior na Universidad Central de Venezuela, e os novos ventos do Modernismo hispano-americano. Autor polêmico em seu país, foilevado ao exílio por duas vezes, em 1883 e 1884, por fazer críticas, respectivamente, aos governos de Antónío Guzmán Blanco e Joaquin Crespo. Neste último período, estabeleceu-se em Nova York, onde colaborou na revista *La América* (1884-1889), ao lado de José Martí (1860-1895). As idas e vindas da política de seu país fizeram com que, nesses anos, vivesse parte de seu

tempo entre sua terra natal e os Estados Unidos, onde atuou como periodista em inúmeras publicações e também dirigiu, a partir de 1894, a Casa Editorial Hispanoamericana. Nos anos seguintes, escreveu, em Nova York, alguns de seus principais textos, entre os quais é possível citar *El continente enfermo* (1899), escrito sob o impacto dos eventos ocorridos em 1898.

El continente enfermo discutia, assim como grande parte dos ensaios hispano-americanos do período, a posição da América Hispânica diante do expansionismo norte-americano, explicitado pela vitória na guerra contra a Espanha em 1898 e, conseqüentemente, pelo domínio político direto sobre as Filipinas e Porto Rico e pela submissão de Cuba aos interesses da Casa Branca após o conflito. Tais avanços levavam o autor a se questionar sobre a possibilidade de os países ao sul do Rio Grande perderem sua independência: “¿Peligrala independencia de las Repúblicas de la América Intertropical? Ominosos presagios lo anuncian y no hay indicio de que los pueblos amenazados se apresten á conjurar la catástrofe” (ZUMETA, 1899, p. 3).

Segundo ele, o período da história hispano-americana em que a independência do subcontinente era assegurada pela Doutrina Monroe estava com os dias contados. A retórica da “conquista” sobre determinado território, baliza que demarcou durante séculos o direito dos europeus sobre a América, e que havia sido repudiada pelos Estados Unidos no início do século XIX, teria sido retomada pela própria república ianque após a vitória sobre a Espanha:

En 1899, á raíz de Manila y de Santiago, los Estados Unidos declararon que poseían á Filipinas por derecho de *conquista* y, rota de hecho la tradición democrática que había sido una de las grandes fuerzas morales, y acaso la mayor honra de la República del Norte, se incorporó esta nación al grupo de las Potencias colonizadoras.

El criterio democrático americano ha sido sustituido con el criterio monárquico europeo; y el resto de la América queda á la merced de las fuerzas complejas y múltiples que pone en juego el nuevo orden de cosas (ZUMETA, 1899, p. 4).

O expansionismo, não apenas exclusivamente norte-americano, mas, de uma maneira geral, de todas as nações industriais, era atribuído pelo autor venezuelano às “necessidades do progresso moderno” em um contexto de forte competição entre as potências. O duplo objetivo dos países imperialistas – produzir matérias-primas e comercializar produtos – teria sido responsável pela submissão das “regiões bárbaras” da África e das “velhas civilizações” da Ásia. Zumeta afirmava que no momento histórico em que tais zonas de

influência deveriam começar a ser delimitadas, “comparecen los Estados Unidos, como un gran factor más, declarándose herederos del imperio colonial de España, por razón de conquista en Puerto Rico y Filipinas, y por anexión o protectorado en Cuba” (ZUMETA, 1899, p. 5). Esses novos desdobramentos imperiais poderiam levar, segundo esse autor, as potências europeias a pedirem a revisão da Doutrina Monroe e, futuramente, a “partilha” da América Meridional. A nova doutrina a ser adotada pelas potências imperialistas seria sintetizada da seguinte maneira:

Los pueblos que no saben o no pueden explotar las riquezas de su suelo, y poblar las soledades que el acaso geográfico, ó el político, encerró dentro de sus fronteras, menoscaban en esa medida la labor universal, y es altamente moralizador que los más aptos y laboriosos lo que la incuria mantiene ocioso. Los bosques son del leñador; los campos de quien los cultiva; los ríos de quien los canaliza y navega. Es la brega inmemorial de los pueblos y las razas que representan las más avanzadas formas del progreso, contra los pueblos y las razas que representan los infinitos matices del estancamiento y la barbarie.

E prosseguia Zumeta:

Y se pretende aplicarnos esa doctrina porque en Europa y en la América del Norte prevalece el criterio de somos inhábiles para fomentar los territorios que poseemos, según los requieren los fines de la civilización actual (ZUMETA, 1899, p. 6).

Zumeta afirmava que duas deveriam ter sido as obrigações dos Estados nacionais que se constituíram na América Latina após a independência: a exploração de suas riquezas tendo como objetivo o desenvolvimento nacional e a solução pacífica, ou violenta quando estafalhasse, dos problemas da política interna. Sobre a política externa, era essencial para a manutenção das soberanias nacionais a interpretação e a incorporação da Doutrina Monroe ao direito público hispano-americano, de modo que ela deixasse de representar apenas os interesses norte-americanos e passasse a responder de fato às necessidades da soberania dos países ao sul do Rio Grande. O que se viu, por outro lado, foi uma crescente dependência econômica da exportação de produtos primários e o aumento do endividamento externo com os constantes empréstimos estrangeiros. Em meio às turbulências da política e às mazelas da economia, Zumeta representava da seguinte maneira a América Latina finisecular:

Así en la postergación de todas nuestras potencialidades, y en el estímulo á todas las desviaciones de nuestras energías; y con un incremento vergonzante de comercio, de producción y de población un aumento asombroso de la deuda pública; enamorados de altos ideales y reacios á practicarlos; adoradores de la fuerza como árbitro supremo; descalabrado el crédito, desprestigiadas la judicatura, la magistratura y las virtudes democráticas, nos hemos sentado al festín de la vida como niños que rehúyen los alimentos fuertes por estarse á golosinas y á postres. Prestos á ofrendarse a holocausto á toda causa, olvidados de cuanto concierne á nuestro propio interés de pueblo y de raza, vamos nuestro camino cantando y guerreando como los bohemios del siglo y de la historia, y haciendo posibles los juicios severos que formulan respecto á nosotros los pensadores y publicistas europeos y anglosajones (ZUMETA, 1899, p. 12).

Resultantes do desenvolvimento histórico hispano-americano pós-independência, tais características das sociedades ao sul do Rio Grande eram vistas como a prova, para as nações setentrionais e para os “pessimistas” latino-americanos, da impossibilidade se construir uma “civilização nos trópicos”. Crítico desses autores, Zumeta também contestava os “otimistas” extremados que entendiam que a “civilização” poderia florescer nos trópicos desde que se imitassem os países do Norte. Na opinião do autor venezuelano, “la verdad parece estar más bien entre estas dos afirmaciones igualmente aventuradas”. Segundo ele, “la civilización no ha sido ni podrá ser jamás una en el planeta, sino varia de clima en clima, aún bajo la acción de un mismo centro político; y que los países tropicales deben aspirar únicamente á la que les es peculiar” (ZUMETA, 1899, p. 14). Para Zumeta, por demandar menor esforço de seus habitantes para a sobrevivência, as zonas tórridas poderiam constituir uma “civilização” em que o progresso ocorreria de maneira mais lenta em relação aos países setentrionais. Para continuar existindo, as nações hispano-americanas deveriam cultivar essa “outra civilização” em um ambiente marcado pela paz e pelo trabalho.

Mas como poderiam os hispano-americanos proceder para construir uma “civilização nos trópicos”? A aceitação das particularidades da América ao sul do Rio Grande poderia ser o primeiro passo:

Hijos del trópico, debemos amarlo tal como él es, por sobre toda otra región del Globo, y ser capaces de guardarlo contra estas civilizaciones del becerro de oro, en donde unos centenares

de señores oprimen á millones de siervos asalariados, y si vive como en un infierno, en la perpetua agitación de míseras codicias, urgidos por el miedo al hambre; civilizaciones de banca, iglesia y cuartel, salvadas sólo por el puñado de sabios, de artistas y de soñadores que arroja sobre tanta desnudez la vestimenta de la luz del ideal (ZUMETA, 1899, p. 18).

Em diálogo não somente com José Martí, essa citação ecoa um conjunto de ideias presentes em textos como “El triunfo de Calibán”, de Rubén Darío, e *Ariel*, de José Enrique Rodó, ambos publicados após *El continente enfermo*.¹ A possibilidade de uma “civilização nos trópicos” diferente do paradigmacivilizacional preconizado pelos Estados Unidos e pela Europa surgia no horizonte de Zumeta. Embora não seja tão incisivo como Darío, nem tão confiante como Rodó, o autor venezuelano enxergava novas perspectivas para a América Hispânica desde que medidas pragmáticas fossem tomadas pelas nações ao sul do Rio Grande.

Embora considere a importância e, ao mesmo tempo, a quase impossibilidade, em curto prazo, da transformação dos costumes políticos e a dificuldade de se conceberam confederações de nações na América Hispânica, retomando *en passant*, o ideário bolivariano, entende que as medidas relacionadas à defesa dos territórios deveriam ser prioridades para os países hispânicos:

El deber inmediato es armarnos.

El sentimiento de la necesidad de la defensa nacional debe privar sobre todos los recelos de política interna; y la convicción de que no es un pueblo el que peligra, sino un continente y una raza, debe acallar los egoísmos que pudieren imaginarse que sólo Nicaragua o Panamá, el Amazonas o el Orinoco son las presas codiciadas (ZUMETA, 1899, p. 23).

Por outro lado, ao mesmo tempo em que trata a união das nações hispano-americanas em confederações, nos moldes defendidos por Simón Bolívar, como uma espécie de utopia, César Zumeta constrói algumas imagens que ecoam representações recorrentes no ensaísmo hispano-americano de sua época:

Por lo demás, conste que si apenas menciona en estas páginas la idea de las confederaciones

¹ César Zumeta publicou *El continente enfermo* em março de 1899, enquanto “El triunfo de Calibán”, de Rubén Darío, veio à luz em maio de 1899. *Ariel* teve sua primeira edição apenas no ano seguinte, em 1900.

americanas, de que somos fervorosamente adeptos, es porque aun cuando las juzgamos indispensables, tanto fracaso han sufrido desde los días en que la Francia y la Rusia las tenían en el Congreso de Verona, y la gran voz de Bolívar las pedía, que ya no cuentan en el mundo político sino como un sueño tan vago como el da alianza noble y bella de todos los pueblos que miran en la antigua Roma la madre común, alianza fuerte y generosa de todos *los hijos de la loba* contra todos los hijos del Leopardo (ZUMETA, 1899, p. 22-23).

A unidade hispano-americana, tema central dos discursos e cartas bolivarianos nos tempos da independência, era vista por César Zumeta como algo difícil de ser alcançado. Entretanto, o “sonho de Bolívar” e a unidade “latina” da América permaneceram como alguns dos temas mais desenvolvidos pelos principais pensadores hispano-americanos do início do século XX, entre os quais podemos destacar o argentino Manuel Ugarte e o peruano Francisco García Calderón.

O pessimismo categórico de Francisco Bulnes

Considerado como um dos autores mais pessimistas da América Latina em sua época, Francisco Bulnes (1847-1924) foi um dos principais intelectuais mexicanos dos últimos anos do século XIX e dos primeiros do XX. Formado em engenharia, foi professor da Escola Nacional Preparatória, deputado e senador. Ficou conhecido por integrar o chamado grupo dos *científicos*, conjunto de intelectuais do qual faziam parte, além de Bulnes, nomes importantes da intelectualidade e da política mexicana como Justo Sierra, José Yves Limantour, entre outros, aos quais a historiografia atribuiu a elaboração de uma justificativa ideológica do Porfiriato (1876-1911), regime político que perdurou no México por mais de trinta anos. Esse período da história mexicana é comumente associado à estabilização da política interna, a uma relevante modernização econômica, além de uma forte exclusão social.

Conhecido por seus contemporâneos como “El Ingeniero Bulnes”, viveu ao longo de sua atividade intelectual tensionado, nos termos de Norberto Bobbio, entre os papéis de “ideólogo” e “experto” (BOBBIO, 1997, p.71-73). Embora tenha atuado como “ideólogo” nas primeiras décadas de sua vida pública participando, por exemplo, da redação do periódico *La Libertad*, considerado o primeiro órgão impresso surgido no México a servir como justificativa para o Porfiriato e ter assinado o chamado “Manifesto da União Liberal”, de

1892, que proclamava a necessidade de mais uma reeleição de Porfírio Díaz, Bulnes foi também um dos grandes “expertos” de sua época, sendo um dos principais responsáveis pela elaboração de instrumentos legais e pareceres sobre mineração e finanças durante o governo de Porfírio Díaz. A partir da publicação de *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, em 1899, Bulnes passou a se dedicar quase que exclusivamente às polêmicas em torno da história e da sociedade mexicana, em particular, e latino-americana, de maneira geral.

Em seu ensaio de 1899, Bulnes defendia a tese de que o grande perigo para a América Latina não eram os avanços dos Estados Unidos e da Europa, mas as condições “orgânicas” – o meio físico, a natureza, o clima e a alimentação – e “superorgânicas” – os costumes políticos e morais – do subcontinente. Segundo o *científico* mexicano, apenas a existência da Doutrina Monroe, e especialmente de meios militares norte-americanos que pudessem defendê-la, explicava a manutenção da independência das nações hispano-americanas em fins do século XIX:

Si la América latina es aun independiente y puede serlo indefinidamente ante la exasperante expansión de Europa; lo debe a la doctrina Monroe. Más bien dicho, lo debe a los acorazados con que cuenta la doctrina Monroe, pues si los centenares de doctrinas que forman el Derecho Internacional, nada valen por si mismas ante la fuerza, menos puede valer una doctrina que todo el mundo se permite discutir (BULNES, 1899, p. 113).

Mais que isso, o que permitiria, conforme Bulnes, a manutenção da Doutrina Monroe e o respeito à independência da América Latina era a existência de uma “aliança anglo-americana”, movida pelos interesses econômicos e pelo poderio militar tanto da Inglaterra, quanto dos Estados Unidos. Esse acordo teria feito, por exemplo, com que os ingleses se recusassem a ajudar a Espanha em 1898. Somados a isso, o crescimento econômico e populacional e o desenvolvimento militar norte-americano também representavam grandes entraves para a penetração do imperialismo europeu nas Américas.

Ao contrário do que defendiam muitos hispano-americanos proeminentes à época, entre os quais podemos citar Rubén Darío e Cesar Zumeta, por exemplo, Bulnes entendia que embora os Estados Unidos pudessem representar, de fato, um “perigo” para a América Latina, este não era eminente. Os grandes interesses estadunidenses nas regiões ao sul do Rio Grande estariam, segundo ele, estritamente ligados a questões econômicas e não militares:

En los Estados Unidos no hay intereses religiosos que propagar, ni cruzadas à Jerusalén, ni intereses militares de una aristocracia de lanza y armadura; los intereses políticos de los Estados Unidos, son los intereses puramente económicos en acción y evidenciando su lucha por prevalecer.

[...]

El interés comercial de los Estados Unidos, exige la comunicación del Atlántico y el Pacífico, rompiendo el continente en Panamá o Nicaragua. Esta obra tiene que llevarse a cabo por la guerra o por la paz y los norteamericanos poseerán más o menos territorio cedido, comprado, alquilado o conquistado en la América central o en la república de Colombia. Ninguna fuerza humana puede oponerse a esta necesidad de la gran república norte-americana (BULNES, 1899, p. 116).

Bulnes apontava, entretanto, que, dado o caráter “inteligente” e “pragmático” dos norte-americanos, uma conquista militar sobre a América Latina estava fora de questão. Em função do esplendor de sua agricultura, do desenvolvimento de sua economia e da alta de seus salários, não haveria na população daquele país quem se interessasse em colonizar outras terras fora dos Estados Unidos. O intelectual mexicano ressaltava, além disso, que, os operários, fortes e organizados, também seriam responsáveis por impedir seu governo de anexar regiões em que houvesse trabalhadores dispostos a receber baixo soldo como os mexicanos, por exemplo. Tais fatores que, de acordo com esse autor, impediriam que a Europa e os Estados Unidos invadissem a América Latina poderiam não durar indefinidamente. Nesse sentido, em diálogo com César Zumeta, Bulnes apresentava suas perspectivas acerca do futuro das nações hispano-americanas.

Segundo ele, se as potências industriais invadissem a América Latina, estas invasões não ocorreriam de maneira generalizada, mas aos poucos, “bocado por bocado”, nação por nação. E, nesse caso, não haveria oposição militar ou diplomática dos demais países do subcontinente a essas ocupações:

Los Estados Unidos o cualquiera gran potencia que decidiera conquistar la América latina lo haría parcialmente, es decir, comiendo en regla *bocado por bocado*, o sea nación por nación, y ¿qué harán entonces las demás naciones hispanoamericanas? Exactamente lo mismo que hicieron en la cuestión de Venezuela con Inglaterra, lo mismo que hicieron en las guerras de

México con los Estados Unidos y Francia, lo mismo que hicieron en la guerra de independencia de Cuba; se callarían, guardando la mayor compostura en el terreno oficial, y a lo más, en las comarcas desoladas de lo privado colocarían de guardia sus simpatías. En suma, tendría la nación atacada lo que España en su guerra con los Estados Unidos, simpatías, sobre todo, de sus numerosos acreedores que no querían verla arruinada, pero ni un soldado, ni un peso, ni una palabra de intervención diplomática belicosa (BULNES, 1899, p. 127-128).

Bulnes refutava, nesse sentido, a possibilidade de uma “aliança” ou “confederação” estratégica entre as nações hispano-americanas. Sobre Bolívar, o autor mexicano afirmava que embora merecesse admiração por ter sido um grande guerreiro, como estadista era digno de comiseração pelos especialistas em ciência política e diplomacia. Ao negar o pensamento do Libertador, o *científico* negava também a “unidade” de uma pretensa “raça latina”:

El pensamiento de Bolívar de mantener unida a la raza latina es una locura hermosa, casi sinfónica; pero cuenta como primer inconveniente que no hay raza latina. [...].

Los pueblos que se denominaron de raza latina tienen, en común el idioma, hijo primogénito del latín; una religión que se llama romana, por haber copiado la organización del imperio romano, pretendiendo el imperio político universal; y legislación, costumbres e ideas de orden publico y privado, semejantes ó iguales a las del imperio romano (BULNES, 1899, p. 128).

Mais que a impossibilidade de uma “unidade latino-americana”, Bulnes, grande admirador das nações anglo-saxônicas, afirmava que os ideais do “latinismo” seriam indesejáveis a uma nação civilizada:

Y si a estos abismos morales, expuestos topográficamente por la historia y que son infranqueables porque aun no se fabrican puentes de suspensión entre los ideales literarios y los problemas y sed de la humanidad, se agregan los abismos de los Andes que impiden toda movilización estratégica continental, ¿cómo es posible pensar seriamente en confederaciones? La historia, los anales, los intereses de cada nacionalidad se oponen al pensamiento de Bolívar. El latinismo no tiene actualmente intereses políticos que defender. Más bien dicho, toda política latina que implica la esclavitud del individuo bajo la omnipotencia del Estado, no es ideal al mundo civilizado (BULNES, 1899, p. 129-130).

Bulnesentendia que a América Latina, ao contrário do que propunha Zumeta, não deveria iniciar uma “paz armada” contra os Estados Unidos. Segundo ele, a “paz armada” se apresentava como algo negativo mesmo para as nações de grande poderio militar europeias. Uma atitude belicosa dos latino-americanos com relação à nação ianque resultaria, nas palavras do intelectual mexicano, não em “paz armada”, mas em “debilidade armada”:

¿Cual es el deber de las naciones hispanoamericanas para procurar salvar sus nacionalidad? No hacer paz armada con los Estados Unidos como lo pretende el distinguido escritor Cesar Zumeta, e según parece el presidente Roca de la Argentina. La *paz armada* es un *cilicio de pulpos* para las naciones que practican ese patriotismo que acabará por agotarlas. ¿Y si naciones estupendamente ricas, no pueden ya con la *paz armada* ¿Cómo puede ser conveniente aconsejarla para naciones pobres, la mayor parte de ellas sin crédito, quebradas y asoladas por detestables gobiernos? Y todavía es más impropio cuando resultaría la *debilidad armada*, una vez que todas las naciones latino-americanas, hubiesen agotado todos sus recursos en organizar ejércitos.

Lo que las naciones hispanoamericanas deben organizar, no son ejércitos contra los *fuertes poderosísimos*, sino un gran trabajo nacional y una gran cantidad de virtudes domésticas, sociales y políticas para volverse cuanto antes fuertes. Y si entretanto las atacan, deben defenderse con lo que a la mano tengan, que siempre será más que lo que conserven después de agotadas por gastos de guerra que no están en situación de hacer (BULNES, 1899, p. 144-145).

Pessimista e descrente em relação às repúblicas tropicais da América, Bulnes voltava a afirmar na conclusão de seu livro que os grandes inimigos dos países ao sul do Rio Grande não eram as potências imperialistas, mas os elementos “orgânicos” e “super-orgânicos” dessas nações, que se continuasse em a se portar da maneira como fizeram desde a independência estariam fadadas a desaparecer:

No son la Europa y los Estados Unidos con sus ambiciones, los enemigos de los pueblos latinos de América; no hay más enemigos terribles de nuestro bienestar e independencia que nosotros mismos. Nada de alianzas guerreras, ni de concilios hispanoamericanos, ni de congresos continentales latinos. Nuestros adversarios ya los he hecho conocer, se llaman: nuestra tradición, nuestra historia, nuestra educación contraria al desarrollo del carácter. Si no sabemos salvarnos, la historia escribirá en nuestra tumba el epitafio que pusieron los persas a

los babilonios vencidos por ellos: “*Aquí yacen los que no merecieron esta tierra, ni siquiera para sepultura*” (BULNES, 1899, p. 281-282).

Em *El porvenir de las naciones hispanoamericanas*, Francisco Bulnes, forte adepto de doutrinas deterministas que defendiam a influência do meio físico sobre os homens e as sociedades, afirmava que o clima e a alimentação dos trópicos somados aos vícios inerentes aos povos latinos, resultavam na inviabilidade da constituição de uma “civilização” em tais regiões da América. As únicas soluções possíveis para o subcontinente seriam o deslocamento de suas populações para as regiões extratropicais da América Latina e a imigração exclusivamente europeia. Ainda assim, a “civilização” não estaria garantida para os povos latinos do Novo Mundo. Ao contrário de muitos ensaístas contemporâneos, Bulnes afirmava o fracasso latino nos trópicos americanos, descartando a existência de um modelo de “civilização” alternativo aos paradigmas europeu e norte-americano. À América latina e tropical, restaria simplesmente a “barbárie”.

Considerações finais

Em geral, quando se pensam as identidades na América Latina em fins do século XIX e inícios do século XX, o quadro que se costuma desenhar, especialmente por conta do brilhantismo e difusão da produção intelectual de homens como José Martí, Rubén Darío e José Enrique Rodó, apresenta com destaque visões identitárias que procuravam a afirmação do subcontinente diante dos Estados Unidos a partir da possibilidade da constituição de uma “civilização” latina nos trópicos alternativa à norte-americana. A análise dos ensaios produzidos nesses anos expõe, por outro lado, uma multiplicidade de visões e propostas políticas e identitárias que iam desde a constituição de alianças militares e políticas que fossem capazes de preservar a independência do subcontinente até uma descrença completa no futuro latino-americano.

Mais pragmático que autores como Darío e Rodó, Zumeta afirmava que apenas o militarismo poderia manter independentes as nações latino-americanas. Visualizava, entretanto, a possibilidade de constituição de uma “civilização” latina e tropical nas Américas que fosse diferente da norte-americana e da europeia. Algo impensável, por exemplo, para o “pessimista” Francisco Bulnes, que afirmava essa impossibilidade exatamente pelas

características tropicais e latinas das nações ao sul do Rio Grande. Se para o primeiro, a “civilização” podia ser múltipla e variante de acordo com as condições físicas e políticas de uma nação, para o segundo, a “civilização” era una e seu paradigma, mais que o Ocidente, eram as potências anglo-saxônicas, Estados Unidos e Inglaterra, que, se quisessem, poderiam dominar a parte latina da América sem dificuldades. Se para um, o perigo era externo, o que demandaria a necessidade de defesa, para o outro, o perigo era o “caráter” e a localização dos Estados nacionais latino-americanos nos trópicos.

Tais debates prosseguiram pelos anos seguintes, mesmo passado o impacto da Guerra Hispano-americana, contribuindo para as discussões identitárias que se explicitaram em produções artísticas e culturais, discursos políticos e ensaios de interpretação nacional ou continental ao longo do século XX. O lugar das nações latino-americanas no mundo e sua posição diante da modernização e da expansão do capitalismo, temas presentes nessas produções, imagens e textos, pautaram e continuam pautando ainda hoje a agenda de políticos e intelectuais do subcontinente que procuram definir o que é, de fato, a América Latina.

BIBLIOGRAFIA

- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- BULNES, Francisco. *El porvenir de las naciones hispanoamericanas ante las recientes conquistas de Europa y Norteamérica: estructura y evolución de un continente*. México: Imprenta de Mariano Nava, 1899.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. “A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispano-América”. *História*, vol. 2, n. 22, 2003, pp. 35-58.
- DARÍO, Rubén. “El triunfo de Calibán”. In: *Prosas políticas*. 2. ed. Manágua: Ministério de Cultura, 1983, p. 89.
- DEVÉS VALDÉS, Eduardo. *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX: entre la modernización y la identidad*. Buenos Aires: Biblos, 2000, Tomo I – Del Ariel de Rodó a la CEPAL (1900-1950).
- HALE, Charles. “As ideias políticas e sociais na América Latina, 1870-1930”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina, vol. IV: de 1870-1930*. São Paulo: Edusp; Brasília: FUNAG, 2001.
- OVIEDO, José Miguel. *Breve história del ensayo hispanoamericano*. Madrid: Alianza



Editorial, 1991.

PRADO, Maria Ligia Coelho. “Identidades latinoamericanas”. AYALA MORA, Enrique e POSADA CARBÓ, Eduardo (org.). *História general de la América Latina. Vol. VII – Los proyectos nacionales latinoamericanos: sus instrumentos y articulación, 1870-1930*. 1. ed. Paris: UNESCO; Editorial Trotta, 2008.

QUIJADA, Mônica. “Latinos e anglosajones: el 98 en el fin de siglo sudamericano”. *Hispania*, Madri, vol. LVII, n. 196, 1997.

REAL DE AZÚA, Carlos. “Prólogo”. In: RODÓ, José Enrique. *Ariel*. 2. ed. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985.

RODÓ, José Enrique. *Ariel*. 2. ed. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1985.

ZUMETA, César. *El continente enfermo*. Nova York: s.e., 1899.